PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № _____, DE 22 DE NOVEMBRO 2023.

Autor: Poder Executivo

"ALTERA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE MESQUITA INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL № 017/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MESQUITA** FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1° - Altera as seguintes alíquotas do ISSQN, que passarão a compor o "ANEXO ISSQN - LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS PELO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA — ISS", da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA	NOVA ALÍQUOTA
4 –	- SERVIÇOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA MÉDICA E CONGÊNERES.		
4.01 -	Medicina e biomedicina.	2%	3%
4.02 -	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	2%	3%
4.03 -	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	2%	3%
4.04 -	Instrumentação cirúrgica.	2%	3%
4.05 -	Acupuntura.	2%	3%
4.06 –	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2%	3%
4.07 –	Serviços farmacêuticos.	2%	3%
4.08 –	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2%	3%
4.09 -	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2%	3%
4.10 -	Nutrição.	2%	3%
4.11 -	Obstetrícia.	2%	3%
4.12 -	Odontologia.	2%	- 3%
4.13 -	Ortóptica.	2%	3%
4.14 -	Próteses sob encomenda.	2%	3%
4.15 –	Psicanálise.	2%	3%
4.16 -	Psicologia.	2%	. 3%

			•
4.17 -	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2%	3%
4.18 -	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%	3%
4.19 –	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2%	3%
4.20 -	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%	3%
4.21 –	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2% .	3%
4.22 –	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	2%	3%
4.23 -	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3%	3%
5 –	SERVIÇOS DE MEDICINA E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA E CO	NGÊNERES.	
5.01 -	Medicina veterinária e zootecnia.	2%	3%
5.02 -	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	2%	3%
5.03 –	Laboratórios de análise na área veterinária.	2%	3%
5.04 –	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%	3%
5.05 –	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	2%	3%
5.06 -	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%	3%
5.07 –	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%	3%
5.08 -	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2%	3%
5.09 –	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3%	3%
8 –	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, ENSINO, ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA INSTRUÇÃO, TREINAMENTO E AVALIAÇÃO PESSOAL DE QUALQUER O		
8.01 -	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2%	3%
8.02 -	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2%	3%
		, ,	•

17 –	SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, JURÍDICO, CONTÁBIL, COMERCIAL E CONGÊNERES		-
17.01 –	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	2%	5%
17.02 –	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	2%	5%
17.03 –	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	2%	5%
17.04 –	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	2%	5%
17.05 –	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	2%	5%
17.06 –	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	2%	5%
17.08 –	Franquia (franchising).	5%	5%
17.09 –	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5% ·	5%
17.10 –	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%	5%
17.11 –	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%	3%
17.12 –	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	2%	5%
17.13 –	Leilão e congêneres.	5%	5%
17.14 –	Advocacia.	2%	3%
17.15 –	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	2%	3%
17.16 –	Auditoria.	2%	3%
17.17 –	Análise de Organização e Métodos.	2%	3%
17.18 –	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	2%	3%
17.19 –	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2%	3%
17.20 –	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	2%	3%
17.21 –	Estatística.	2%	3%
17.22 –	Cobrança em geral.	5%	5%
17.23 –	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a	5 %	5%

:

.

	receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).		
17.24 –	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	2%	5%
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). (Incluído pela Lei Complementar no 157, de 2016)	2%	5%

Art. 2° - O anexo "Taxa de Vigilância e Fiscalização Sanitária – TVFS" passa a vigorar da seguinte forma:

ANEXO

Taxa de Vigilância e Fiscalização Sanitária – TVFS

QUADRO DE DIMENSIONAMENTO DA GERAÇÃO DA TAXA DE VIGILÂNCIA PARA ATIVIDADES DE ALTO E BAIXO RISCO	UFIMES
a) até 50 metros quadrados e fração (ef.)	3
b) de 51 metros quadrados a 250 metros quadrados (ef.)	5
c) de 251 metros quadrados a 600 metros quadrados (ef.)	8
d) de 601 metros quadrados a 1000 metros quadrados (ef.)	10 .
e) de 1001 metros quadrados a 1500 metros quadrados (ef.)	12 .
f) de 1501 metros quadrados em diante	15

Art. 3º - Acrescentam-se os parágrafos 1º e 2º ao Art. 149, da seguinte forma:

"§1º - Isentam-se do lançamento e cobrança da TFVS:

- a) órgãos da Administração Direta da União, Estados e Municípios;
- b) templos de qualquer culto;
- c) partidos políticos."

"§ 2º - Autoriza-se a remissão tributária da TVFS não pagas das pessoas descritas no parágrafo 1º deste artigo, mediante despacho conjunto da Fazenda Pública e da Procuradoria Tributária, sem direito a eventuais restituições de parcelas já pagas."

Art. 4° - O anexo "Taxa de Serviço de Coleta de Lixo – TSCL" passa a vigorar da seguinte forma

ANEXO

Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de Lixo – TSCL

Enquadramento das atividades econômicas com base no potencial poluidor de acordo com a dimensão da área construída do estabelecimento (seções A, B, C e D)	Ufimes
a) até 50 metros quadrados e fração (ef.)	2
b) de 51 metros quadrados a 250 metros quadrados (ef.)	5
c) de 251 metros quadrados a 600 metros quadrados (ef.)	8
d) de 601 metros quadrados a 1000 metros quadrados (ef.)	10
e) de 1001 metros quadrados a 1500 metros quadrados (ef.)	12
f) de 1501 metros quadrados em diante	15 ;

Art. 5º - O Poder Executivo municipal, com vistas ao cumprimento ao disposto no inciso II, do "caput", do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estimará o montante da renúncia fiscal e dos custos decorrentes do previsto nesta Lei, os incluirá no demonstrativo que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual, nos termos do § 6º, do art. 165, da Constituição Federal, e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à referida renúncia.

Parágrafo único. Os dispositivos da presente Lei estarão sujeitos a condição resolutiva, desde que implementadas as medidas dispostas no "caput" deste artigo, inclusive com a demonstração pelo Poder Executivo municipal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, na forma estabelecida no art. 12 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesquita, 22 de novembro de 2023.

Prefeito